

PREGÃO PRESENCIAL 41/2014

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. Das refeições:

Item	Quant.	Unidade	Discriminação do Objeto	Unitário R\$	Total R\$
01	30.192	Unidades	Refeições prontas servidas em embalagem tipo marmitex grande (aproximadamente 700 g de alimento);	10,62	320.639,04

1.1. As refeições deverão ser servidas em embalagem tipo marmitex com a seguinte composição mínima: arroz, feijão ou macarrão; carnes bovina, suína e/ou de ave; legumes refogados e/ou farofa; maionese e/ou salpicão, com aproximadamente 700 (setecentas) gramas de alimento em cada embalagem;

1.2. As refeições serão servidas aos servidores públicos municipais da área de saúde no decorrer da sua jornada de trabalho, a critério da Prefeitura, em razão da necessidade de sua permanência em plantões e outros fatores decorrentes de interesse público;

1.3. As refeições serão servidas aos servidores públicos municipais da área administrativa no decorrer da sua jornada de trabalho, a critério da Prefeitura, em razão da necessidade de sua permanência em plantões e outros fatores decorrentes de interesse público;

1.4. As refeições serão servidas aos servidores públicos municipais da área de segurança pública no decorrer da sua jornada de trabalho, a critério da Prefeitura, em razão da necessidade de sua permanência em plantões e outros fatores decorrentes de interesse público;

1.5. As refeições serão servidas aos internos do CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial,

1.6. A empresa contratada deverá entregar as refeições todos os dias da semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados, nos horários determinados em cada Ordem de Entrega;

1.7. Em caso de substituição ou complementação das refeições entregues, isso deverá ser feito em até 02(duas) hora após a constatação da irregularidade;

1.8. As refeições só poderão ser servidas com ordem de entrega;

1.8.1. O fornecimento das refeições sem o documento elencado no item 1.8., acarretará o não recebimento do valor respectivo pela CONTRATADA;

1.9. As entregas das refeições serão realizadas de acordo com o cronograma elaborado pela Prefeitura, **em no máximo 01 (uma) hora após cada pedido.**

Santa Gertrudes/SP, 23 de dezembro de 2014.

Rogério Pascon
Prefeito do Município de Santa Gertrudes / SP

PREGÃO PRESENCIAL 41/2014

ANEXO II - FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Item	Quant.	Unidade	Discriminação do Objeto	Unitário R\$	Total R\$
01	30.192	Unidades	Refeições prontas servidas em embalagem tipo marmitex grande (aproximadamente 700 g de alimento);		

Dados cadastrais da proponente:

Razão Social: _____

Endereço: _____

Município: _____ Bairro: _____ Estado: _____

Telefone: (_____) _____ Telefax: (_____) _____

CNPJ (MF): _____

E-mail: _____

Dados Bancários: Banco: _____; Agência: _____; Conta Corrente: _____

Condições de pagamento: Os pagamentos serão realizados da seguinte forma: as notas fiscais processadas pela contabilidade, e atestadas pela unidade requisitante, entre os dias 01 à 10 serão pagas no até o dia 20 do mesmo mês, as atestadas entre os dias 11 à 31 serão pagas no até o dia 10 do mês subsequente.

Validade da proposta: _____ (_____) dias corridos (mínimo 60 dias)

Prazo para início do fornecimento: _____

Preços completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constante desta proposta.

Declaramos que o objeto ofertado por nossa empresa, atende rigorosamente, as características necessárias arroladas no objeto da licitação.

Declaramos assumimos o fornecimento das refeições por nossa conta e risco, ficando a nossa inteira e exclusiva responsabilidade a entrega das mesmas diretamente aos seus respectivos beneficiários.

Declaramos que nos comprometemos a entregar as refeições todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, nos horários determinados em cada ordem de entrega.

Local e data

Assinatura do Responsável Legal

Nome Completo:

Cargo: _____

PREGÃO PRESENCIAL 41/2014

**ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

DECLARAÇÃO

À
Prefeitura do Município de Santa Gertrudes
Rua 01A, 332, Centro
Santa Gertrudes - SP

A empresa _____,
estabelecida na _____, Bairro _____,
_____/_____, CEP: _____, Telefone (_____) _____,
inscrita com CNPJ _____, neste ato representada pelo seu
(representante/sócio/procurador) _____, portador do RG
_____ e do CPF _____, no uso de suas atribuições
legais, vem:

Declarar, para fins de participação no processo licitatório em pauta,
sob as penas da Lei, que cumpre plenamente aos requisitos de habilitação.

Por ser verdade assina a presente.

Local e Data: _____

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Documento de identidade

PREGÃO PRESENCIAL 41/2014

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO
IMPEDITIVO**

DECLARAÇÃO

À
Prefeitura do Município de Santa Gertrudes
Rua 01A, 332, Centro
Santa Gertrudes - SP

A empresa _____,
estabelecida na _____, Bairro _____,
_____/____, CEP: _____, Telefone (____) _____,
inscrita com CNPJ _____, neste ato representada pelo seu
(representante/sócio/procurador) _____, portador do RG
_____ e do CPF _____, no uso de suas atribuições
legais, vem:

Declarar, para fins de participação no processo licitatório em pauta,
sob as penas da Lei, que não se encontra penalizada por declaração de inidoneidade ou
impedimento de licitar e contratar com quaisquer entes da Administração Pública, e que se
compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente.

Local e Data: _____

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Documento de identidade

PREGÃO PRESENCIAL 41/2014

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O
MINISTÉRIO DO TRABALHO**

DECLARAÇÃO

À
Prefeitura do Município de Santa Gertrudes
Rua 01A, 332, Centro
Santa Gertrudes - SP

A empresa _____,
estabelecida na _____, Bairro _____,
_____/_____, CEP: _____, Telefone (_____) _____,
inscrita com CNPJ _____, neste ato representada pelo seu
(representante/sócio/procurador) _____, portador do RG
_____ e do CPF _____, no uso de suas atribuições
legais, vem:

Declarar, para fins de participação no processo licitatório em pauta,
sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se
refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, e, para
fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de
27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição
de aprendiz (____). Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Por ser verdade assina a presente.

Local e Data: _____

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Documento de identidade

PREGÃO PRESENCIAL 41/2014

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICRO E PEQUENA EMPRESA

DECLARAÇÃO

À
Prefeitura do Município de Santa Gertrudes
Rua 01A, 332, Centro
Santa Gertrudes - SP

A empresa _____,
estabelecida na _____, Bairro _____,
_____/_____, CEP: _____, Telefone (_____) _____,
inscrita com CNPJ _____, neste ato representada pelo seu
(representante/sócio/procurador) _____, portador do RG
_____ e do CPF _____, no uso de suas atribuições
legais, vem

Declarar, para fins de participação no processo licitatório em pauta,
sob as penas da Lei, que é Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos
da Lei Complementar nº 123/06, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência a que
faz jus no procedimento licitatório em epígrafe, realizado pela Prefeitura Municipal De Santa
Gertrudes /SP.

Por ser verdade assina a presente.

Local e Data: _____

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Documento de identidade

ESTE DOCUMENTO DEVE SER APRESENTADO A PREGOEIRA NA FASE DE
CREDENCIAMENTO FORA DOS ENVELOPES Nº 01(PROPOSTA) E 02
(DOCUMENTAÇÃO)

ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA GERTRUDES E A EMPRESA xxxxxxxxxx PARA AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES PRONTAS PARA O EXERCÍCIO DE 2015, POR FORNECIMENTO PARCELADO E A PEDIDO

DATA: ____ de _____ de 2015.

PRAZO: até 31 de dezembro de 2015.

VALOR GLOBAL ESTIMATIVO: R\$ _____.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 41/2014.

CONTRATO: ____/2015.

Cláusula 1ª - DAS PARTES

1.1. A **Prefeitura do Município de Santa Gertrudes**, inscrita com CNPJ 45.732.377/0001-73, com sede à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, **Rogério Pascon**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Avenida 02, nº 572, Jd. Iporanga, Santa Gertrudes/SP, CEP.: 13.510-000, portador do CPF 082.535.568-02 e do RG 18.898.286-3/SSP/SP, adiante designada simplesmente PREFEITURA, e;

1.2. A empresa _____, inscrita com CNPJ _____, com sede à Rua/Avenida _____, _____, Bairro, _____/____, CEP: _____, Telefone (____) _____, E-mail: _____, Dados Bancários: _____, adiante designada simplesmente CONTRATADA, por seu representante legal, _____, nacionalidade, estado civil, portador do CPF _____ e do RG _____, residente e domiciliado à Rua/Avenida _____, _____, Bairro, _____/____, CEP: _____, ajustam o seguinte:

Cláusula 2ª - DO OBJETO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer à PREFEITURA, de forma parcelada e a pedido, uma estimativa de **30.192 (trinta mil, cento e noventa e duas) refeições prontas em embalagem tipo marmitex grande (aproximadamente 700 g de alimento)**, conforme segue:

2.1.1. As refeições deverão ser servidas em embalagem tipo marmitex com a seguinte composição mínima: arroz, feijão ou macarrão; carnes bovina, suína e/ou de ave; legumes refogados e/ou farofa; maionese e/ou salpicão, com aproximadamente 700 (setecentas) gramas de alimento em cada embalagem;

2.1.2. As refeições serão servidas aos servidores públicos municipais da área de saúde no decorrer da sua jornada de trabalho, a critério da Prefeitura, em razão da necessidade de sua permanência em plantões e outros fatores decorrentes de interesse público;

2.1.3. As refeições serão servidas aos servidores públicos municipais da área administrativa no decorrer da sua jornada de trabalho, a critério da Prefeitura, em razão da necessidade de sua permanência em plantões e outros fatores decorrentes de interesse público;

2.1.4. As refeições serão servidas aos servidores públicos municipais da área de segurança pública no decorrer da sua jornada de trabalho, a critério da Prefeitura, em

razão da necessidade de sua permanência em plantões e outros fatores decorrentes de interesse público;

2.1.5. As refeições serão servidas aos internos do CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial.

2.1.6. A CONTRATADA deverá entregar as refeições todos os dias da semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados, nos horários determinados em cada Ordem de Entrega.

2.2. O fornecimento será interrompido se ocorrer o término da quantia estimada pela PREFEITURA, se não houver a necessidade de sua totalidade, a critério da PREFEITURA ou até 31 de dezembro de 2015, prevalecendo o que ocorrer primeiro, podendo ser aditado em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme o disposto no § 1º, do artigo 65, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

Cláusula 3ª - DO PREÇO

3.1. Pelo fornecimento das refeições a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$ _____ (_____) **por unidade/marmitex, totalizando R\$ _____ (_____) pelo fornecimento do total estimado (30.192 refeições / ano).**

3.2. Nos preços estão inclusas, além do lucro, as despesas de mão-de-obra de abastecimento, carga, seguros, impostos, taxas, transportes, manutenção, uniformes, equipamentos de proteção individual, despesas de escritório e expediente e quaisquer outras despesas que estejam, direta ou indiretamente, relacionadas com a execução total deste contrato.

Cláusula 4ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será realizado **mensalmente**, diretamente a CONTRATADA, em até 10 (dez) dias após o decêndio de recebimento da nota fiscal, devidamente atestada pela unidade requisitante e processada pela contabilidade, ou seja, os pagamentos serão realizados da seguinte forma: as notas fiscais processadas pela contabilidade, e atestadas pela unidade requisitante, entre os dias 01 à 10 serão pagas no até o dia 20 do mesmo mês, as atestadas entre os dias 11 à 31 serão pagas no até o dia 10 do mês subsequente.

4.1.1. A PREFEITURA, através da tesouraria, fará as retenções dos valores correspondentes às obrigações previdenciárias, tributárias e fiscais, conforme o caso, de acordo com a legislação que disciplina a matéria, sendo que, as guias dos valores retidos serão devidamente recolhidas e encaminhadas suas cópias reprográficas a CONTRATADA.

4.2. Caso o dia de pagamento coincida com sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária ou reajuste.

4.3. No caso da PREFEITURA atrasar os pagamentos, estes serão atualizados financeiramente “pro rata dies”, pelo IGPM/FGV/SP – Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, em vigor na data do efetivo pagamento, ou outro índice que vier a substituí-lo, critério da PREFEITURA.

4.4. A nota fiscal/fatura encaminhada pela contratada deve estar devidamente discriminada, de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, inclusive no que se refere às retenções tributárias.

4.5. No caso de devolução da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), por sua inexistência ou da dependência de carta corretiva, nos casos em que a legislação admitir, o prazo fixado no item 4.1 será contado da data de entrega da referida correção.

4.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, cujos dados deverão estar indicados em sua proposta financeira.

4.7. O e-mail que deve ser cadastrado para envio das notas fiscais é o nfe@santagertrudes.sp.gov.br

Cláusula 5ª - DO PRAZO CONTRATUAL

5.1. Este contrato vigorará até **31 de dezembro de 2015**, contado da data de sua celebração, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses corridos e consecutivos, nos moldes do disposto no artigo 57, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações se houver interesse das partes, mediante aviso prévio escrito.

Cláusula 6ª - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1. A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que possam causar à PREFEITURA, coisas ou pessoas de terceiros, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para a PREFEITURA, ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos, nos termos do Código Civil Brasileiro e legislação pertinente.

6.2. A CONTRATADA obriga-se a permitir a fiscalização municipal, possibilitando verificar a procedência e a qualidade dos produtos entregues.

6.3. A PREFEITURA, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, poderá em qualquer ocasião, exercer a mais ampla fiscalização dos produtos, reservando-se o direito de rejeitá-los a seu critério, quando não forem considerados satisfatórios, devendo a CONTRATADA refazê-los às suas expensas.

6.4. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a PREFEITURA poderá:

6.4.1. Se disser respeito à especificação, rejeição por quaisquer motivos, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

6.4.2. Na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do órgão requisitante, no prazo máximo de 02 (duas) horas, após a constatação da irregularidade;

6.4.3. Se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

6.4.4. Na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da PREFEITURA, no prazo máximo de 02 (duas) horas, após a constatação da irregularidade.

6.5. A CONTRATADA obriga-se a fornecer as refeições à PREFEITURA, somente com a apresentação de requisição devidamente autorizada.

6.5.1. O fornecimento das refeições sem o documento elencado no item 6.5., acarretará o não recebimento do valor respectivo pela CONTRATADA.

Cláusula 7ª - DAS PENALIDADES

7.1. O atraso injustificado na execução do objeto desta licitação, sem prejuízo do disposto no § 1º, do artigo 86, da Lei Federal Nº: 8666/93 e alterações sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, calculada por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:

7.1.1. Atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor global deste contrato;

7.1.2. Atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor global deste contrato.

7.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta licitação, poderão ser aplicadas a CONTRATADA as seguintes penalidades:

7.2.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida;

7.2.2. Aplicação de suspensão temporária para licitar e/ou contratar com a municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto no artigo 87 da Lei Federal Nº: 8666/93 e alterações.

7.3. A penalidade aqui prevista é autônoma e sua aplicação cumulativa é regida pelo artigo 87, §§ 2º e 3º, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

7.4. O valor das multas aplicadas será devidamente corrigido pelo IGPM/FGV/SP – Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas/SP, até a data de seu efetivo pagamento, e recolhido aos cofres da PREFEITURA, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial, ou outro índice que vier a substituí-lo, a critério da PREFEITURA.

Cláusula 8ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. Este contrato será rescindido total ou parcialmente pela PREFEITURA, de pleno direito, em qualquer tempo, isento de qualquer ônus ou responsabilidade, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial, sem que à CONTRATADA, assista o direito a qualquer indenização, se esta:

8.1.1. Falir, entrar em concordata, tiver a sua empresa dissolvida ou deixar de existir;

8.1.2. Transferir, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia autorização da PREFEITURA;

8.1.3. Paralisar as entregas durante um período de 10 (dez) dias consecutivos;

8.1.4. Sem justa causa (a critério da PREFEITURA), suspender a entrega dos produtos;

8.1.5. Agir com dolo ou culpa ou mediante simulação ou fraude na execução do contrato.

8.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da PREFEITURA, em caso de rescisão administrativa, de acordo com o disposto no artigo 80, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

Cláusula 9ª - DOS RECURSOS FINANCEIROS

9.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

9.1.1. Classificação: 04.122.0004.2.004 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica, com nota de reserva no valor de R\$ 44.986,32;

9.1.2. Classificação: 10.302.0031.2.009 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica, com nota de reserva no valor de R\$ 115.460,64;

9.1.3. Classificação: 10.302.0031.2.088 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica, com nota de reserva no valor de R\$ 70.729,20;

9.1.4. Classificação: 06.181.0009.2.049 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica, com nota de reserva no valor de R\$ 8.793,36;

9.1.5. Classificação: 27.812.0025.2014 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica, com nota de reserva no valor de R\$ 29.820,96;

9.1.6. Classificação: 15.452.0014.2011 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica, com nota de reserva no valor de R\$ 50.848,56.

9.2. As dotações elencadas neste contrato são constantes do orçamento-programa para exercício econômico e financeiro de 2015, e as correspondentes para os exercícios futuros em caso de prorrogação contratual.

Cláusula 10ª - DOS REAJUSTES DE PREÇOS

10.1. Conforme dispõe a Lei Federal Nº: 8.880/94, os preços não sofrerão reajustes pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data da celebração do contrato.

10.1.1. Os preços poderão ser reajustados depois de cumprido o prazo do item 10.1, utilizando-se como parâmetro de reajuste o IGPM/FGV/SP – Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas/SP, ou outro índice que vier a substituí-lo a critério da PREFEITURA.

10.2. Será mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato conforme prescreve a Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações, a ser recomposto no indicado pelos preços vigentes na data da apresentação da proposta, ou de formulação dos preços a que esta se referir, ou ainda da última revisão contratual caso esta tenha envolvido pactuação de novos preços.

Cláusula 11ª - DO SUPORTE LEGAL

11.1. Este contrato é regulamentado pelos seguintes dispositivos legais:

11.1.1. Constituição Federal;

11.1.2. Lei Orgânica Municipal;

11.1.3. Lei Federal Nº: 8.666/93;

11.1.4. Lei Federal Nº: 8.880/94;

11.1.5. Lei Federal Nº: 8.883/94;

11.1.6. Lei Federal Nº: 9.032/95;

11.1.7. Lei Federal Nº: 9.069/95;

11.1.8. Lei Federal Nº: 9.648/98;

11.1.9. Lei Federal Nº: 9.854/99;

11.1.10. Lei Complementar Nº: 123/2006;

11.1.11. Lei Federal Nº: 12.440/2011;

11.1.12. Lei Complementar 147/2014;

11.1.12. Demais disposições legais passíveis de aplicação, inclusive subsidiariamente, os princípios gerais de Direito.

Cláusula 12ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

12.1. Não será permitida a entrega dos produtos sem a emissão da respectiva Ordem de Entrega.

12.1.1. **O fornecimento das refeições sem o documento elencado no item 12.1., acarretará o não recebimento do valor respectivo pela CONTRATADA.**

12.1.2. A gestão do contrato é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

12.2. Aplica-se, no que couber, o disposto no artigo 79, da Lei Federal Nº: 8.666/93, bem como outros dispositivos legais previstos na aludida Lei.

12.3. Para os casos omissos neste contrato prevalecerão as condições e exigências da respectiva licitação e demais disposições em vigor.

12.4. A CONTRATADA assume a exclusiva responsabilidade pelo pagamento de salários, encargos trabalhistas e previdenciários advindos da legislação vigente,

sendo que o pessoal por ela designado para trabalhar na execução do objeto deste contrato, não terá vínculo empregatício algum com a PREFEITURA.

12.5. Fica expressamente proibida a subcontratação total deste contrato.

12.6. A CONTRATADA assume total responsabilidade pela execução integral deste contrato, sem direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos não previstos em sua proposta quer decorrentes de erro ou omissão de sua parte.

12.7. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

12.8. As dúvidas surgidas na aplicação deste contrato, bem como os casos omissos serão solucionados pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, ouvidos os órgãos técnicos especializados, ou profissionais que se fizerem necessários.

12.9. Prevalecerá o presente contrato no caso de haver divergências entre ele e os documentos eventualmente anexados.

12.10. Fica eleito o Foro desta Comarca de Rio Claro/SP para solução em primeira instância, de quaisquer questões suscitadas na execução deste contrato não resolvidos administrativamente.

12.11. Lido e achado conforme assinam este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as partes e as testemunhas.

Rogério Pascon
Prefeito Municipal

Contratada

Testemunhas:

1. Danielle Zanardi Leão;
2. Rafael Stabellini Colabone;

PREGÃO PRESENCIAL 41/2014

ANEXO VIII - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº (de Origem)

OBJETO: Aquisição de refeições prontas para o exercício de 2015.

CONTRATADA:

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA GERTRUDES

Na qualidade de Contratante e Contratada, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar 709, de 14 de fevereiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Santa Gertrudes/SP, ____ de _____ de 2015.

Contratada: _____

Contratante: Prefeitura do Município de Santa Gertrudes/SP